

Renda do trabalhador da capital está cada vez menor

A renda real dos trabalhadores da região Metropolitana de Porto Alegre é cada vez menor. Pesquisa lançada nesta semana pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que a renda média do trabalho na região sofreu redução real de 7,23% nos últimos quatro anos. Enquanto os trabalhadores da Capital perdem renda, as seis regiões metropolitanas pesquisadas registraram crescimento de 5,48% na renda média do trabalho. Apesar da perda real de renda, que caiu de R\$ 424,31 para R\$ 393,65, Porto Alegre continua com a segunda maior renda entre as seis metrópoles, de R\$ 393,65, atrás de São Paulo, com R\$ 503,16.

A pesquisa Redistribuição à Brasileira: Ingredientes Trabalhistas abordou as regiões de Belo Horizonte, Salvador, Rio, Recife, São Paulo e Porto Alegre, valendo-se de dados da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2002 e 2006.

Porto Alegre apresentou a menor redução na taxa de misérias entre as regiões, 5,63% em quatro anos. Nas seis metrópoles, a taxa de miséria baseada na renda do trabalho caiu 19,8%, passando de 23,2% para 18,57%. A Capital teve a segunda menor taxa de miséria em junho deste ano, de 18,7%, atrás de Belo Horizonte (16,22%). Em Porto Alegre, a renda do trabalho da maior parte da população (mediana) foi de R\$ 231,01 em junho, 5,12% maior que no ano passado. A cidade registrou o menor crescimento acumulado das seis capitais pesquisadas, de apenas 8,17% (R\$ 213,56 para R\$ 231,01). A pesquisa indica que o crescimento na renda per capita do trabalho foi acompanhado pela redução da desigualdade. Isso foi observado mesmo nas regiões onde houve redução média da renda, indicando ganhos de renda para as classes mais baixas.

De 2002 para 2006, a participação dos 50% mais pobres no total da renda aumentou de 9,95% para 12,2%, enquanto a fatia dos 10% mais ricos caiu de 50,2% para 46,89%. A grande queda de desigualdade aconteceu entre maio e setembro de 2004. A pesquisa aponta que o fato não pode ser creditado fundamentalmente ao reajuste no salário mínimo, já que foi reduzido em termos reais naquele período. Além disso, o reajuste real de 9% em maio de 2005 e de 23% em abril de 2006 não tiveram impacto relevante na desigualdade de renda per capita do trabalho. O estudo divulgado esta semana também indica que isto pode ter ocorrido porque os efeitos negativos, como desemprego e informalidade, podem ter cancelado os efeitos positivos. A pesquisa aponta que o ganho de mais de 75% concedido entre 1995 e 2003 pode ter feito com que o salário mínimo esteja próximo dos valores que tenham impacto favorável de queda da pobreza trabalhista. Em outras palavras, talvez estejamos próximos do valor máximo do mínimo em termos de impactos favoráveis na pobreza sobre a ótica trabalhista, aponta a pesquisa.

Fonte: Correio do Povo/td>